



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, à tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Sobre o natural e o sobrenatural

Outro dia escrevi sobre a importância do não saber, de como o conhecimento avança quando parte do não saber, isto é, do senso de mistério que existe além do que se sabe.

A questão aqui é de atitude, de como fazer frente ao desconhecido. Existem duas alternativas: ou se acredita na capacidade da razão e da intuição humana (devidamente combinadas) em sobrepujar obstáculos e chegar a um conhecimento novo, ou se acredita que existem mistérios inescrutáveis, criados por forças além das relações de causa e efeito.

*No meu livro **Criação imperfeita**, argumentei que a ciência jamais será capaz de responder a todas as perguntas. Sempre existirão novos desafios, questões que a nossa pesquisa e inventividade não são capazes de antecipar. Podemos imaginar o conhecido como sendo a região dentro de um círculo e o desconhecido como sendo o que existe fora do círculo. Não há dúvida de que à medida que a ciência avança o círculo cresce. Entendemos mais sobre o universo e entendemos mais sobre a mente. Mas, mesmo assim, o lado de fora do círculo continuará sempre lá. A ciência não é capaz de obter conhecimento sobre tudo o que existe no mundo. E por que isso? Porque, na prática, aprendemos sobre o mundo usando nossa intuição e instrumentos. Sem telescópios, microscópios e detectores de partículas, nossa visão de mundo seria mais limitada. Porém, tal como nossos olhos, essas máquinas têm limites.*

Parafrasando o poeta romano Lucrécio, as pessoas vivem aterrorizadas pelo que não podem explicar. Ser livre é poder refletir sobre as causas dos fenômenos sem aceitar cegamente “explicações inexplicáveis”, ou seja, explicações baseadas em causas além do natural.

Não é fácil ser coerente quando algo de estranho ocorre, uma incrível coincidência, a morte de um ente querido, uma premonição, algo que foge ao comum. Mas, como dizia o grande físico Richard Feynman, “prefiro não saber a ser enganado.” E você?

(Adaptado de Marcelo Gleiser, **Folha de S. Paulo**, 11/07/2010)

1. O texto, em seu todo, deve ser entendido como
- (A) uma manifestação pessimista do autor quanto à eficácia das descobertas científicas.
 - (B) uma reflexão sobre o alcance da ciência, numa perspectiva em que este é relativizado.
 - (C) um questionamento da atitude dos cientistas que duvidam do poder absoluto da pesquisa.
 - (D) uma crítica à obsolescência das máquinas, que não acompanham o ritmo das nossas percepções.
 - (E) um duro questionamento do crescente prestígio das coisas inexplicáveis, cada vez mais numerosas.

2. No segundo parágrafo do texto, o autor deixa claro que considera
- (A) o desconhecido não mais do que uma região do conhecimento que certamente se esclarecerá no futuro.
 - (B) a existência de mistérios inescrutáveis uma prova de que nossa capacidade de intuir é ainda bastante limitada.
 - (C) a razão e a intuição operações complementares entre si, numa associação capaz de produzir novos conhecimentos.
 - (D) os obstáculos sobrenaturais inteiramente ilusórios, uma vez que nossa intuição nos diz que a razão os removerá.
 - (E) a intuição e a razão degraus imediatamente sucessivos na escalada de um novo conhecimento.

3. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 3º parágrafo, entende-se que o livro **Criação imperfeita** expressa a posição do autor segundo a qual sempre haverá limites para nossa observação e visão de mundo.
- II. No 4º parágrafo, afirma-se que as coisas inexplicáveis, que costumam aterrorizar as pessoas, devem ser objeto de uma investigação racional.
- III. No último parágrafo, a frase de Richard Feynman indica que, para esse físico, o desconhecido não deve ser motivo para acreditarmos no sobrenatural.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *existem mistérios inescrutáveis* (2º parágrafo) = ocorrem fenômenos imperceptíveis.
- (B) *relações de causa e efeito* (2º parágrafo) = vinculações pela casualidade.
- (C) *não são capazes de antecipar* (3º parágrafo) = são ineptas para premeditar.
- (D) *usando nossa intuição e instrumentos* (3º parágrafo) = valendo-nos da nossa hesitação e nossos recursos.
- (E) *Parafraseando o poeta* (4º parágrafo) = expressando de outro modo o que bardo disse.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Quando se partem de regiões obscuras, nossas ideias não poderão ser produtivas.
- (B) Duas alternativas sempre haverão, restando-nos sempre a dificuldade de optar entre elas.
- (C) Esquivar-se das perguntas que todas as pessoas vivem fazendo implicam um reforço do sobrenatural.
- (D) Ao fenômeno cuja natureza os cientistas ignoram costuma o leigo recorrer como prova do sobrenatural.
- (E) Não ficaram claro, para os leitores do texto, quais exatamente foram os versos parafraseados do poeta Lucrécio.
-
6. Está correta e coerente a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Via de hábito o autor propaga, em coluna jornalística, suas ideias acerca das discensões interpostas entre ciência e misticismo.
- (B) O autor cita um livro próprio no qual expande uma teoria que aparentemente vai ao encontro de suas teses, retificando-as.
- (C) A admissão de que sempre haverá o desconhecido representa, partindo de um cientista, uma prova de sincera humildade.
- (D) Os círculos do saber e do não saber constituem, como se viu, áreas em que a expansão de ambos os tornam complementares.
- (E) O grande físico Richard Feynman declinou de sua preferência pelo engano, quando preferiu relutar em não saber.
-
7. ... a ciência jamais será capaz de responder a todas as perguntas.
- Utilizou-se corretamente a voz passiva, preservando-se o sentido original, nesta nova redação da frase acima:
- (A) Jamais ocorrerá que todas as perguntas sejam respondidas pela ciência.
- (B) Nenhuma das perguntas jamais obterá resposta pela ciência.
- (C) A nem todas as perguntas será jamais a ciência capaz de dar respostas.
- (D) Todas as perguntas, em qualquer tempo, deixarão de obter resposta pela ciência.
- (E) A capacidade da ciência deixará de dar resposta a todas as perguntas.
-
8. A ciência é indispensável: deve-se à ciência o conhecimento de um sem-número de fenômenos que coube a ciência explicar, razão pela qual deve-se conferir à ciência a importância do que nos humaniza.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) deve-se à ela - coube-lhe - conferir-lhe
- (B) deve-se-lhe - lhe coube - conferir-lhe
- (C) deve-se à mesma - a coube - conferi-la
- (D) deve-se-lhe - coube-lhe - conferi-la
- (E) deve-se a esta - lhes coube - lhe conferir
-
9. Está plenamente adequado o emprego de ambos os elementos em destaque na frase:
- (A) À medida em que a ciência avança, fenômenos de cuja causa desconhecíamos passam a ser explicados.
- (B) Por hora, a ciência tem ainda muito que caminhar, já que o homem não renunciou a inflingir sua curiosidade ao mundo.
- (C) Se sobrevir ao homem alguma calamidade em escala planetária, somente a ciência disporá os meios de enfrentá-la.
- (D) A arrogância de que muitos homens são acometidos não parece estar entre os defeitos que se poderiam assacar ao autor.
- (E) É por vezes mais preferível ignorar a razão de um fenômeno do que imaginá-lo esclarecido por um atalho místico.
-
10. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) É preciso mormente nos dias que correm, desconfiar, não exatamente das pessoas místicas, mas de um certo misticismo que aqui e ali, costuma vicejar como erva daninha, ameaçando a existência de todas as outras plantas.
- (B) É preciso, mormente nos dias que correm, desconfiar não exatamente das pessoas místicas mas, de um certo misticismo, que aqui e ali costuma vicejar, como erva daninha ameaçando a existência de todas as outras plantas.
- (C) É preciso, mormente nos dias que correm desconfiar não exatamente das pessoas místicas; mas de um certo misticismo que, aqui e ali, costuma vicejar, como erva daninha, ameaçando a existência de todas as outras plantas.
- (D) É preciso – mormente nos dias que correm – desconfiar: não exatamente das pessoas místicas, mas de um certo misticismo, que aqui e ali, costuma vicejar como erva daninha ameaçando a existência, de todas as outras plantas.
- (E) É preciso, mormente nos dias que correm, desconfiar não exatamente das pessoas místicas, mas de um certo misticismo que, aqui e ali, costuma vicejar como erva daninha, ameaçando a existência de todas as outras plantas.



Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto seguinte.

O que deu errado

Entre as formigas e as abelhas o problema não existe: algumas nascem para ser a elite, o resto nasce para ser o resto. Tudo já foi resolvido antes, tudo está nos genes. Quem nasce com o gene altruísta se sacrifica pela elite dominante porque existe para isso. Jamais lhe ocorre perguntar "Por que eu?". Até hoje, que se saiba, nenhum batalhão de formigas ou abelhas se insurgiu contra métodos injustos de trabalho e derrubou o poder despótico que o martiriza.

O problema com as sociedades humanas é que, no nosso caso, a natureza confiou demais no altruísmo voluntário. Daí a resistência à flexibilização das leis trabalhistas, a grita contra o salário mínimo, as greves etc. Falta altruísmo no sangue da maioria. A natureza criou a iniciativa individual e a compulsão para o lucro em alguns, mas esqueceu de criar a iniciativa para o sacrifício e a compulsão para a acomodação em outros, sem os quais as leis naturais do mercado não funcionam. Ou só funcionam com os genes altruístas sendo substituídos pela pregação liberal como verdade única ou, se isso falhar, pela tropa de choque. Ou seja, pelo altruísmo artificial.

(Adaptado de Luis Fernando Verissimo, **O mundo é bárbaro**)

11. O título desse texto irônico e bem-humorado de Verissimo justifica-se, no contexto, pela seguinte razão: a natureza

- (A) não dotou os homens da mesma combatividade que caracteriza, por exemplo, as formigas e as abelhas.
- (B) acreditou que os homens saberiam administrar a ordem social com a mesma eficácia de todas as outras criaturas.
- (C) dotou a humanidade somente de genes altruístas, esquecendo-se dos demais, necessários para a harmonia social.
- (D) acreditou que a humanidade poderia espontaneamente harmonizar o individualismo de uns com o altruísmo de outros.
- (E) não dotou os homens da capacidade de gerir com mais liberalidade o funcionamento do mercado e da economia.

12. Atente para as seguintes afirmações, relativas ao 2º parágrafo:

- I. A expressão *altruísmo voluntário* designa a capacidade de alguém escolher sacrificar-se pelo bem dos semelhantes.
- II. *Flexibilização das leis trabalhistas*, no contexto, sugere uma alteração desfavorável para o trabalhador.
- III. Ao falar em *compulsão para o lucro*, o autor está-se referindo a um dos casos em que o homem reluta em abrir mão de seu natural altruísmo.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

13. O problema com as sociedades humanas é que (...) a natureza confiou demais no altruísmo voluntário.

Mantém-se a correção e a coerência da frase acima nesta nova redação: **O altruísmo voluntário**

- (A) foi confiado demais pela natureza, tornando-se problemático para as sociedades humanas.
- (B) tornou-se por demais confiável à natureza, razão pela qual redundou em problema para os homens.
- (C) mereceu plena confiança da natureza, advindo daí os problemas que se verificam em nossa ordem social.
- (D) impregnou-se com tão natural confiança que acabou resultando no problema que mais afeta a humanidade.
- (E) é a razão pela qual a confiança da natureza resultou problemática para o funcionamento das sociedades humanas.

14. Está inteiramente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- (A) Nascessem alguns para ser a elite e outros para servi-la, os homens se organizariam socialmente com o mesmo equilíbrio que se manifesta entre as abelhas e entre as formigas.
- (B) Assim como se organizassem as abelhas e as formigas, os homens podem inspirar-se nelas, havendo assumido a mesma divisão básica de trabalho.
- (C) A natureza tem criado a iniciativa egoísta sem haver criado a iniciativa altruísta, o que acabava por gerar uma profunda desarmonia entre os homens.
- (D) Caso venha a ocorrer uma radical flexibilização das leis trabalhistas, os operários mais esclarecidos teriam percebido os prejuízos que essa alteração lhes acarretasse.
- (E) Sugere o autor que, quando falte argumento liberal para que alguns sejam altruístas, terão entrado em cena as conhecidas razões das tropas de choque.

15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:

- (A) Nem às formigas nem às abelhas (**competir**) decidir quais funções serão exercidas por quem.
- (B) Quase todos os problemas que (**caber**) à humanidade resolver derivariam de um engano da natureza.
- (C)-se (**atribuir**) às leis do mercado uma racionalidade tal que é acusado de insano quem contra elas se insurge.
- (D) A força de tantas compulsões egoístas entre os homens (**costumar**) redundar em profundas injustiças.
- (E) O motivo pelo qual se (**dirigir**) à vida de uma colmeia tantos aplausos é a harmonia de que as abelhas são capazes.



Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Seja P o produto de um número inteiro e positivo N por 9. Se N tem apenas três dígitos e P tem os algarismos das unidades, das dezenas e das centenas iguais a 4, 6 e 3, respectivamente, então $P + N$ é igual a

- (A) 6 480.
- (B) 6 686.
- (C) 6 840.
- (D) 5 584.
- (E) 5 960.

17. Serena fez um saque em um caixa eletrônico que emitia apenas cédulas de 10, 20 e 50 reais e, em seguida, foi a três lojas nas quais gastou toda a quantia que acabara de retirar. Sabe-se que, para fazer os pagamentos de suas compras, em uma das lojas ela usou todas (e apenas) cédulas de 10 reais, em outra usou todas (e apenas) cédulas de 20 reais e, na última loja todas as cédulas restantes, de 50 reais. Considerando que, ao fazer o saque, Serena recebeu 51 cédulas e que gastou quantias iguais nas três lojas, o valor total do saque que ela fez foi de

- (A) R\$ 900,00.
- (B) R\$ 750,00.
- (C) R\$ 600,00.
- (D) R\$ 450,00.
- (E) R\$ 300,00.

18. Dois funcionários de uma Unidade do Tribunal Regional do Trabalho – Moisés e Nuno – foram incumbidos da manutenção de n equipamentos de informática. Sabe-se que, Moisés é capaz de executar essa tarefa sozinho em 4 horas de trabalho ininterrupto e que Nuno tem 80% da capacidade operacional de Moisés. Assim sendo, se, num mesmo instante, ambos iniciarem simultaneamente a manutenção dos n equipamentos, então, após um período de duas horas,

- (A) o trabalho estará concluído.
- (B) ainda deverá ser feita a manutenção de 20% dos n equipamentos.
- (C) ainda deverá ser feita a manutenção de 10% dos n equipamentos.
- (D) terá sido executada a manutenção de $\frac{3}{8}$ dos n equipamentos.
- (E) terá sido executada a manutenção de $\frac{4}{5}$ dos n equipamentos.

19. Em julho de 2010, dois Analistas Judiciários receberam um lote com X licitações para emitir pareceres. No mês seguinte, indagados sobre quantos pareceres de tal lote haviam emitido em julho, eles responderam:

Anabela: " $\frac{6}{11}$ do total das licitações receberam meu parecer."

Benivaldo: "A quantidade de licitações em que dei meu parecer corresponde a $\frac{3}{5}$ do número de pareceres emitidos por Anabela."

Sabendo que cada licitação recebeu o parecer de apenas um desses Analistas e que a soma das quantidades que cada um emitiu era um número compreendido entre 100 e 150, então:

- (A) $X < 50$.
- (B) $50 < X < 100$.
- (C) $100 < X < 150$.
- (D) $150 < X < 200$.
- (E) $X > 200$.

20. Considere um argumento composto pelas seguintes premissas:

- Se a inflação não é controlada, então não há projetos de desenvolvimento.
- Se a inflação é controlada, então o povo vive melhor.
- O povo não vive melhor.

Considerando que todas as três premissas são verdadeiras, então, uma conclusão que tornaria o argumento válido é:

- (A) A inflação é controlada.
- (B) Não há projetos de desenvolvimento.
- (C) A inflação é controlada ou há projetos de desenvolvimento.
- (D) O povo vive melhor e a inflação não é controlada.
- (E) Se a inflação não é controlada e não há projetos de desenvolvimento, então o povo vive melhor.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Sobre os Municípios:
- (A) Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês.
 - (B) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
 - (C) A fiscalização do Município será exercida pelo Ministério Público Estadual, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
 - (D) O controle interno da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
 - (E) As contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
22. Cessará o afastamento do Presidente da República, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo, se o julgamento não estiver concluído no prazo de
- (A) trinta dias.
 - (B) sessenta dias.
 - (C) noventa dias.
 - (D) cento e vinte dias.
 - (E) cento e oitenta dias.
23. No tocante ao Tribunal de Contas da União,
- (A) as suas decisões, de que resulte imputação de débito ou multa, terão eficácia de título executivo.
 - (B) encaminhará ao Congresso Nacional, a cada cinco meses, relatório de suas atividades.
 - (C) no caso de contrato, praticará ato de sustação e solicitará de imediato ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
 - (D) está impedido de assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
 - (E) poderá sustar, se atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
24. O mandado de segurança contra ato da Mesa da Câmara dos Deputados será processado e julgado
- (A) em recurso ordinário pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) em recurso ordinário pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (D) originariamente pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) pelo Senado Federal.
25. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação
- (A) da Comissão Nacional de Justiça.
 - (B) do Procurador Geral da República.
 - (C) pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (D) do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) do Advogado Geral da União.
26. Em tema de Administração Pública e à luz da Constituição Federal, é INCORRETO afirmar:
- (A) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, sendo que os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
 - (B) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
 - (C) A proibição de acumular cargos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
 - (D) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - (E) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
27. Dispõe a Constituição Federal, dentre outras hipóteses, que o Presidente da República
- (A) se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, permanecerá afastado, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
 - (B) ficará suspenso de seu cargo, nas infrações penais comuns, após a instauração do processo pelo Congresso Nacional.
 - (C) ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) nas infrações comuns, enquanto não sobrevier sentença condenatória, não estará sujeito a prisão.
 - (E) na vigência de seu mandato, pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.



28. Quanto ao Poder Judiciário, considere:

- I. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de treze membros com mandato de dois anos, vedada a recondução.
- II. O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- III. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, além de outras, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- IV. O número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.
- V. É vedado aos servidores a percepção de delegação para a prática de atos de administração ou atos de mero expediente, ainda que sem caráter decisório.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) III e V.

Direito Administrativo

29. Analise as assertivas abaixo sobre o poder de polícia.

- I. O poder de polícia tanto pode ser discricionário, o que ocorre na maioria dos casos, quanto vinculado.
- II. O Poder Legislativo exerce o poder de polícia ao criar, por lei, as chamadas limitações administrativas ao exercício das liberdades públicas.
- III. O objeto do poder de polícia é todo bem, direito ou atividade individual que possa afetar a coletividade ou pôr em risco a segurança nacional.
- IV. O poder de polícia tem atributos específicos ao seu exercício, que são: a autoexecutoriedade e a tipicidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

30. É dispensável a licitação

- (A) para a aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- (B) para a contratação de serviços técnicos de restauração de obras de arte e bens de valor histórico, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (C) na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional, e não tenha fins lucrativos.
- (D) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (E) para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei nº 8.666/93, ainda que o preço contratado não seja compatível com o praticado no mercado.

31. No âmbito da responsabilidade do Servidor Público Civil da União, estabelece a Lei nº 8.112/90, além de outras hipóteses, que

- (A) em se tratando de dano causado a terceiros, não responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- (B) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e ex-cônjuges e contra eles será executada, até o limite de 50% do valor da partilha ou da herança recebida.
- (C) as sanções civis, penais e administrativas são inacumuláveis, embora independentes entre si.
- (D) a responsabilidade administrativa do servidor não poderá ser afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- (E) a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.



32. O atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância, denomina-se
- (A) imperatividade.
 - (B) presunção de legitimidade.
 - (C) autoexecutoriedade.
 - (D) exigibilidade.
 - (E) tipicidade.
33. Nos termos da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, constitui dever do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo
- (A) ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
 - (B) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, não agindo de modo temerário.
 - (C) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
 - (D) fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
 - (E) ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
34. No que diz respeito à sanção de multa, aplicável ao contratado em decorrência de contrato administrativo celebrado com a Administração Pública:
- (A) A multa não acarreta a perda da garantia, ainda que superior a esta.
 - (B) Na hipótese de atraso injustificado na execução do contrato, a multa aplicada impede a rescisão unilateral do contrato.
 - (C) A multa não pode ser descontada da garantia do respectivo contratado.
 - (D) A multa pode ser cumulada com a sanção de advertência, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato.
 - (E) A sanção de suspensão temporária de participação em licitação obrigatoriamente será aplicada com pena de multa.
35. Sobre o Pregão previsto na Lei nº 10.520/2002, considere as assertivas abaixo.
- I. É vedada a exigência de pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.
 - II. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços, previsto na Lei nº 8.666/93, não poderão adotar a modalidade de pregão.
 - III. Na fase externa do pregão, a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e obrigatoriamente, por meios eletrônicos, conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação.
 - IV. Na fase preparatória do pregão, a autoridade competente designará o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
36. Celebrar contrato de rateio de consórcio público sem observar as formalidades previstas em lei, constitui
- (A) mero ilícito administrativo.
 - (B) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
 - (C) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, pois não está previsto em lei nem como ato de improbidade gerador de lesão ao erário, nem que importe em enriquecimento ilícito.
 - (D) apenas conduta criminosa, não caracterizando ato ímprobo.
 - (E) ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário.



Administração Pública

37. A organização moderna caracteriza-se como um sistema constituído de elementos interativos, que recebe entradas do ambiente, transforma-os, e emite saídas para o ambiente externo. Nesse sentido,
- (A) toda organização que interage com o ambiente para sobreviver, é um sistema fechado.
- (B) a necessidade de entradas e saídas não reflete a dependência em relação ao meio ambiente.
- (C) os elementos interativos da organização, pessoas e departamentos, dependem uns dos outros e devem trabalhar juntos.
- (D) na dinâmica organizacional, as saídas do sistema de uma organização não afetam o ambiente interno.
- (E) as estruturas organizacionais contemporâneas são independentes do processo de globalização, Internet, *e-business* e da alta competitividade do mercado.
-
38. Sobre as características básicas das organizações, a estrutura organizacional
- (A) determina as relações informais de subordinação, entre as quais os níveis de hierarquia e a amplitude de controle de gerentes e supervisores.
- (B) não identifica o agrupamento de indivíduos em departamentos e de departamentos na organização como um todo.
- (C) inclui o projeto de sistema de informação para assegurar comunicação eficaz, coordenação e integração de esforços somente entre os departamentos operacionais e os *stakeholders*.
- (D) reflete-se no organograma que mostra apenas as partes operacionais de uma organização e como estas estão interrelacionadas.
- (E) possui ligações verticais utilizadas para coordenar atividades entre a cúpula e a base da organização.
-
39. Estrutura organizacional que alcança a coordenação necessária para atender a demandas duais de clientes; permite o compartilhamento flexível de recursos humanos entre os produtos; faz com que os participantes experimentem autoridade dual. Trata-se da estrutura
- (A) divisional.
- (B) matricial.
- (C) funcional.
- (D) geográfica.
- (E) *ad hoc*.
-
40. Em uma estrutura funcional
- (A) as atividades são agrupadas por processos.
- (B) não há o desenvolvimento em profundidade das habilidades dos funcionários.
- (C) o tempo de resposta às mudanças ambientais é rápido.
- (D) o grau de inovação é baixo e há uma visão restrita das metas organizacionais.
- (E) a coordenação horizontal entre os departamentos é eficaz e efetiva.
-
41. Considerando-se os modelos de gestão na Administração Pública e na Administração Privada é correto afirmar:
- (A) Na Administração Pública, ao contrário da Administração Privada, há autonomia decisória e baixos impactos de ingerências políticas no processo de gestão.
- (B) Na Administração Pública um bom ou mau funcionamento não tem impacto político maior que na Administração Privada.
- (C) Enquanto que a Administração Pública é orientada para o lucro, a Administração Privada é orientada para o bem-estar social e serviços ao cidadão.
- (D) Na Administração Privada há autonomia decisória, enquanto que no aspecto organizacional a Administração Pública é afetada por forças externas.
- (E) A rentabilidade é vital para a Administração Pública, enquanto para a Administração Privada a rentabilidade dos produtos e serviços não é vital para o seu crescimento.
-
42. Sobre gestão de resultados na produção de serviços públicos, é correto afirmar:
- (A) Pelo requisito da regularidade, os serviços devem ser prestados segundo padrões de qualidade e quantidade impostas pela Administração Pública, tendo em vista o número e as exigências do usuário.
- (B) O serviço público pode sofrer solução de continuidade, exceptuando-se os casos que é interrompido em face de uma situação de emergência ou por motivo de ordem técnica.
- (C) O administrador público não é responsável pelo resultado prático da prestação dos serviços aos cidadãos, mas pela oneração aos usuários por falta de método ou racionalização no seu desempenho.
- (D) Pelo requisito da modicidade, os serviços públicos prestados não precisam ser remunerados pelos cidadãos por benefícios recebidos.
- (E) Os serviços prestados utiliza equipamentos e instalações de acordo com a tecnologia ofertada pelos cidadãos, visando, sempre, a melhoria e a expansão dos serviços públicos.
-
43. Na gestão da qualidade dos serviços públicos o ciclo PDCA (*plan, do, check, action*) é uma prática gerencial que promove a melhoria contínua e sistemática da organização, cujo fornecimento de educação e treinamento ocorre
- (A) nas fases de Execução (*do*) e de Verificação (*check*).
- (B) na fase de Planejamento (*plan*).
- (C) na fase de Execução (*do*).
- (D) na fase de Correção da ação (*action*).
- (E) nas fases de Verificação e de Correção (*check e action*).

**Noções de Contabilidade Pública**

<p>44. Pelo regime de competência,</p> <p>(A) as receitas e as despesas não são atribuídas aos exercícios de acordo com a real incorrência.</p> <p>(B) a receita é reconhecida no período em que é arrecadada e a despesa paga nesse mesmo período.</p> <p>(C) as receitas e as despesas são atribuídas ao exercício de acordo com o recebimento ou pagamento em dinheiro.</p> <p>(D) as receitas por arrecadar e as despesas empenhadas e as liquidadas, porém não pagas, são transferidas para o orçamento do exercício financeiro seguinte.</p> <p>(E) as receitas e as despesas são atribuídas aos exercícios, de acordo com a data do fato gerador.</p>	<p>48. Consideram-se Restos a Pagar de Despesas Processadas aqueles cujo empenho</p> <p>(A) processou-se até o pagamento.</p> <p>(B) processou-se até a liquidação, faltando apenas o processamento do pagamento.</p> <p>(C) foi legalmente emitido, mas depende das fases de liquidação e pagamento.</p> <p>(D) foi legalmente emitido, mas depende da fase de liquidação.</p> <p>(E) foi transferido para o exercício posterior como despesa liquidada.</p>
<p>45. A dívida contraída pelo Tesouro por um breve ou indeterminado período de tempo, quer para atender a eventuais insuficiências de caixa, quer como administrador dos bens e valores de terceiros, denomina-se</p> <p>(A) fundada.</p> <p>(B) flutuante.</p> <p>(C) fundada interna.</p> <p>(D) administrativa consolidada.</p> <p>(E) flutuante externa.</p>	<p>49. As variações ativas classificadas no grupo de mutações patrimoniais</p> <p>(A) originam-se de fatos de superveniências ativas ou insubsistências passivas.</p> <p>(B) originam-se da execução orçamentária e são decorrentes de bens e valores da caráter temporário.</p> <p>(C) originam-se da execução orçamentária e são decorrentes de uma troca de bens permanentes por um bem numerário.</p> <p>(D) caracterizam-se pela variação patrimonial permutativa em dois momentos distintos: variação passiva e diminutiva pela saída do dinheiro e, variação ativa, aumentativa, pela incorporação do bem adquirido.</p> <p>(E) são as mudanças que ocorrem entre os bens e os direitos, exceto as obrigações do patrimônio público.</p>
<p>46. A receita que compreende os recolhimentos feitos que constituirão compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária e legislativa, denomina-se</p> <p>(A) transferência intergovernamental.</p> <p>(B) orçamentária.</p> <p>(C) de capital.</p> <p>(D) corrente.</p> <p>(E) extraorçamentária.</p>	<p>50. No balanço patrimonial, a conta representativa do patrimônio público cujos recursos são controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, denomina-se</p> <p>(A) ativo.</p> <p>(B) passivo.</p> <p>(C) patrimônio líquido.</p> <p>(D) conta de compensação.</p> <p>(E) resultado diferido.</p>
<p>47. A despesa pública</p> <p>(A) de capital é dividida nos seguintes grupos de natureza de despesa: investimentos; juros e encargos da dívida; amortização.</p> <p>(B) classifica-se, segundo a sua natureza, em categoria orçamentária; grupo de natureza patrimonial; elemento de compensação.</p> <p>(C) corrente é compreendida por meio dos seguintes grupos de natureza de despesa: pessoal e reflexos; juros e encargos da dívida; outras despesas correntes.</p> <p>(D) com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização classifica-se como aplicações diretas.</p> <p>(E) corrente contribui diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.</p>	



Noções de Direito do Trabalho

51. Em regra, a suspensão do contrato individual de trabalho é a paralisação temporária do contrato de trabalho quando a empresa

- (A) está obrigada a remunerar os dias de afastamento, como por exemplo, o período de férias.
- (B) está obrigada ao pagamento do salário, como por exemplo, no afastamento por três dias em razão de casamento.
- (C) está obrigada ao pagamento do salário, como por exemplo, quando tiver que comparecer em juízo.
- (D) não está obrigada ao pagamento do salário, como por exemplo, na licença-paternidade.
- (E) não está obrigada ao pagamento do salário, como por exemplo, na falta injustificada.

52. Sobre a rescisão indireta do contrato de trabalho:

- (A) O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando violar segredo da empresa, independentemente de aviso prévio.
- (B) A rescisão indireta se dá quando as partes, já na admissão, fixaram data determinada para o fim do contrato de trabalho, podendo o empregado, então, após essa data, considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização.
- (C) O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios aos contratos.
- (D) A rescisão indireta se dá quando existe um motivo justo para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, sendo que nenhuma vantagem será atribuída ao empregado, salvo as parcelas que constituírem direito adquirido, como as férias vencidas que ainda não tenham sido usufruídas e o saldo salarial.
- (E) Na rescisão indireta, o Tribunal do Trabalho competente reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por um terço.

53. Considere as assertivas abaixo.

- I. O empregador não faz jus ao aviso prévio.
- II. O valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado.
- III. O reajuste salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

54. Maria foi contratada em fevereiro de 2010 pela empresa X para exercer a função de secretária. Em dezembro do mesmo ano, preenchendo os requisitos legais, a empresa concederá férias coletivas a todos os seus empregados. Diante da situação, Maria

- (A) gozará, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.
- (B) gozará, na oportunidade, férias integrais.
- (C) poderá gozar, na oportunidade, férias proporcionais, contudo, não será iniciado novo período aquisitivo.
- (D) não poderá gozar dessas férias coletivas, tendo em vista estar empregada por período inferior a 12 meses.
- (E) poderá gozar, na oportunidade, férias integrais, contudo, não será iniciado novo período aquisitivo.

55. Considere as assertivas abaixo.

- I. É proibido, em regra, empregar a mulher em serviço que demande emprego de força muscular superior a 20 kg para o trabalho contínuo ou 25 kg para o trabalho ocasional.
- II. Ao menor será permitido o trabalho nos locais e serviços perigosos ou insalubres, desde que pagos os respectivos adicionais.
- III. Ao menor de 18 anos e maior de 16 anos é permitida realização de trabalho noturno (compreendido entre as 22 horas e as 5 horas), desde que não prejudique a frequência à escola.

De acordo com a CLT, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.



56. Ana assinou contrato de trabalho por prazo indeterminado com a empresa ABC do Brasil para exercer as funções de cozinheira. Dois meses depois do início do trabalho, Ana adota, legalmente, uma criança de sete anos de idade. Pode-se dizer que Ana

- (A) terá direito à licença-maternidade de 60 dias.
- (B) terá direito à licença-maternidade de 120 dias.
- (C) não terá direito à licença-maternidade.
- (D) terá direito à licença-maternidade de 30 dias.
- (E) terá direito à licença-maternidade de 10 dias.

57. A convenção coletiva

- (A) deve ser celebrada por escrito, devendo, dentre outros, trazer a designação das partes convenientes, não sendo necessário constar o prazo de vigência; enquanto que o contrato de trabalho individual pode ser pactuado de forma escrita ou verbal, e sempre por prazo determinado.
- (B) pode ser celebrada por escrito ou verbalmente, devendo, se escrita, trazer a designação das partes convenientes e o prazo de vigência; enquanto que o contrato individual de trabalho deve ser pactuado apenas de forma escrita e expressa, por prazo determinado ou indeterminado.
- (C) deve ser celebrada por escrito, devendo, dentre outros, trazer a designação das partes convenientes e o prazo de vigência; enquanto que o contrato individual de trabalho pode ser pactuado de forma escrita ou verbal, tácita ou expressa, por prazo determinado ou indeterminado.
- (D) pode ser celebrada por escrito ou verbalmente, devendo, dentre outros, trazer a designação das partes convenientes, não sendo necessário constar o prazo de vigência; enquanto que o contrato individual de trabalho deve ser apenas pactuado de forma escrita e expressa, por prazo determinado ou indeterminado.
- (E) deve ser celebrada por escrito, devendo, dentre outros, trazer a designação das partes convenientes e o prazo de vigência; enquanto que o contrato individual de trabalho deve ser pactuado apenas de forma escrita e expressa, sempre por prazo determinado.

**Regimento Interno do Tribunal Regional
do Trabalho da 22ª Região**

58. Compete ao Tribunal Pleno, além da matéria expressamente prevista em lei ou em outro dispositivo do seu Regimento, processar e julgar, originariamente
- (A) os recursos das multas impostas pelas Turmas.
 - (B) as questões de natureza administrativa, quando se tratar de direitos ou interesses dos magistrados.
 - (C) os recursos contra atos administrativos do Presidente ou de qualquer de seus membros, quando se tratar de direitos ou interesses dos servidores.
 - (D) os *habeas corpus* contra atos dos Juizes das Varas do Trabalho e demais autoridades submetidas a sua jurisdição.
 - (E) os recursos ordinários interpostos em mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data* de competência originária das Varas do Trabalho.

59. De acordo com o Regimento, dentre outras atribuições, compete ao Corregedor-Regional

- (A) propor punições, na forma da lei, ao Juiz que não cumprir os deveres do cargo, inclusive aos que excederem, injustificadamente, dos prazos para prolação de sentenças e decisões.
- (B) despachar os recursos interpostos das decisões do Tribunal, inclusive de revista, negando ou admitindo-lhes seguimento, com a devida fundamentação, e, neste último caso, declarando o efeito em que o recebe.
- (C) despachar os agravos de instrumento contra atos denegatórios de seguimento a recursos.
- (D) processar e encaminhar ao poder Executivo os processos de aposentadoria de Desembargadores Federais do Trabalho do Tribunal.
- (E) presidir a audiência pública de distribuição dos feitos, despachar os processos e papéis que lhe forem submetidos no expediente da Presidência do Tribunal e determinar a expedição de carta de sentença.

60. Nos termos do Regimento, na ausência ou impedimento do Presidente, a sessão de julgamento do Tribunal ou Turma será presidida pelo

- (A) Vice-Presidente, quando este for Relator.
- (B) Desembargador Federal do Trabalho mais antigo, quando o Vice-Presidente estiver ausente ou quando for o Relator ou Revisor.
- (C) Vice-Presidente, quando este for Revisor.
- (D) Corregedor-Regional, quando ausente ou impedido também o Vice-Presidente.
- (E) Desembargador ou Juiz Federal do Trabalho, eleito para a substituição.

**Discursiva – Redação**

Atenção: Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

1. Leia detidamente o texto seguinte.

Um filósofo alemão já lembrou, para ilustrar uma teoria sua, que as propriedades de um círculo de 1 milímetro de diâmetro são as mesmas de um círculo de 100 metros de diâmetro. Essa constatação não deveria sair da cabeça dos juristas, quando da aplicação da lei a pessoas de diferentes classes.

2. Redija uma dissertação, com coerência e clareza, acerca do tema discutido no texto acima.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	